

Anita Leocadia Prestes

LUIZ CARLOS PRESTES

patriota, revolucionário, comunista



expressão
POPULAR

1974
10/1000
10/1000

LUIZ CARLOS PRESTES

Patriota, revolucionário, comunista

ANITA LEOCADIA PRESTES

Copyright © 2006, by Editora Expressão Popular

Revisão: *Geraldo Martins de Azevedo Filho e Lais Oreb*

Projeto gráfico, capa e diagramação: *ZAP Design*

Impressão e acabamento: *Cromosete*

Fotos: *Iconographia e arquivo da família*

P936L LuizCarlos Prestes : patriota, revolucionário, comunista /

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: abril de 2006

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 266 - Bela Vista

CEP 01319-010 — São Paulo-SP

Fone/Fax: (11) 3112-0941

vendas@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

“Luiz Carlos Prestes entrou vivo
no Panteon da História.
Os séculos cantarão a ‘canção de
gesta’ dos mil e quinhentos homens
da Coluna Prestes e sua marcha de
quase três anos através do Brasil.
Um Carlos Prestes nos é sagrado.
Ele pertence a toda a humanidade.
Quem o atinge, atinge-a.”

Romain Roland, 1936.

“Nenhum dirigente comunista da
América Latina teve uma vida tão
trágica e portentosa quanto
Luiz Carlos Prestes.”

Pablo Neruda

Viva o Povo Brasileiro - Perfis-Recortes

A Editora Expressão Popular apresenta sua nova coleção. Com ela, tornamos públicos personagens da nossa História que se destacaram nas mais diversas áreas e nos mais diversos tempos. São homens e mulheres que atuaram na política, nas letras, nas ciências, nas artes etc. - a maioria dos quais esquecidos intencionalmente ou apenas “escondidos” e fugazmente vislumbrados nas dobras das páginas das histórias oficiais.

São pequenos perfis, em muitos casos apenas “impressionistas”, em outros nem tanto, às vezes apoiados em pesquisas, ou apenas em memórias, que visam apresentar recortes que levem os leitores a um primeiro contato com esses personagens, despertando-lhes o interesse para futuros estudos e aprofundamentos.

Ao mesmo tempo, o conjunto da coleção comporá um mosaico de diálogos que integram nossa cultura.

Em sua primeira edição, a nova coleção apresenta aos leitores os seguintes personagens: Abreu e Lima, Gregório Bezerra, João Amazonas, Lima Barreto, Luiz Carlos Prestes, Luiz Gama e Luíza Mahin, Marçal de Souza, Roberto Morena.

Alípio Freire

Sumário

Os primeiros anos.....	9
A Coluna Prestes e o exílio na Bolívia.....	14
O exílio na Argentina, Uruguai e União Soviética....	27
Retorno ao Brasil, participação no movimento antifascista de 1935 e prisão.....	31
Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos no Brasil. Falecimento de Leocadia Prestes.....	37
Saída da prisão, campanha para a Constituinte e eleição presidencial.....	45
Prestes - o senador mais votado da República.....	48
Dez anos de clandestinidade e a volta à atividade legal	54
O golpe de 64: clandestinidade e exílio.....	58
A anistia e o retorno à pátria. Os últimos anos.....	62

Os primeiros anos

Luiz Carlos Prestes nasceu em 3 de janeiro de 1898, em Porto Alegre (RS). Seu pai, Antônio Pereira Prestes, seguiu a carreira militar e, ao falecer, com 38 anos de idade, era capitão de engenheiros do Exército. Homem progressista para seu tempo, foi um dos signatários dos célebres “pactos de sangue”, firmados pelos jovens oficiais que, sob a liderança de Benjamin Constant, integraram a “mocidade militar”, participando ativamente da proclamação da República.

Sua mãe, Leocádia Felizardo Prestes, era filha de Joaquim José Felizardo, próspero comerciante de Porto Alegre, integrante da maçonaria, abolicionista e republicano. A família Felizardo se tornara conhecida na cidade por cultivar valores culturais e humanistas. A mãe de Leocádia, Ermelinda Ferreira de Almeida, descendia da aristocracia portuguesa, mas se distinguiu por ser uma pessoa de idéias abertas, que partilhava plenamente dos ideais de justiça social abraçados pelo marido. Já com cerca de 90 anos, quando seu neto Luiz Carlos esteve preso nos cárceres da ditadura Vargas,

revelou-se extremamente corajosa e decidida ao apoiá-lo com firmeza.

Leocadia, mulher avançada e culta para sua época, ainda muito jovem, escandalizou a família ao revelar o desejo de ser professora e trabalhar fora, o que na época era impensável para uma moça de seu nível social. Desde cedo, Leocadia manifestou interesse pelas artes, pela literatura e, também, pela política, interesse que, mais tarde, transmitiu aos filhos. Ao ficar viúva com filhos pequenos para criar, não hesitou em trabalhar, sustentando a família com sérias dificuldades. Começou a dar aulas de idiomas e música, trabalhou de modista, foi balconista e costurou para o Arsenal de Marinha. Finalmente, em 1915, conseguiu ser nomeada professora de escola pública, como coadjuvante do ensino primário, cargo que exerceu até 1930, quando viajou para o exterior. Trabalhava à noite, nos cursos noturnos destinados a comerciárias, operárias e domésticas.

Coragem e grande dignidade humana seriam traços marcantes da personalidade de Leocadia Prestes, na luta cotidiana pela sobrevivência e educação dos seus 5 filhos. A influência da mãe foi marcante na formação do caráter de Luiz Carlos Prestes, o que, mais tarde, seria sempre por ele reconhecido.

Órfão de pai, Prestes cresceu num ambiente de grandes privações, em que teve que assumir as atribuições

de chefe de família. Seus estudos foram feitos no Rio de Janeiro: no Colégio Militar e, posteriormente, na Escola Militar do Realengo, pois a carreira militar era a única opção para um jovem de família pobre, órfão de oficial do Exército. Seu curso foi marcado por inúmeras dificuldades econômicas, que exigiram grandes sacrifícios da mãe e das irmãs. Aos 22 anos, tendo se destacado pelo desempenho brilhante na Escola Militar, onde foi sempre primeiro aluno de sua turma, Luiz Carlos Prestes diplomou-se engenheiro militar.

Embora seu pai fosse simpático às idéias positivistas e possuísse a célebre “biblioteca positivista” - da qual constavam desde as obras dos principais filósofos da Antigüidade até as dos iluministas do século 18, como Diderot, Voltaire, Rousseau etc. - o jovem Luiz Carlos sofreu, acima de tudo, a influência da mãe, radicalmente contrária à doutrina positivista. A oposição de D. Leocadia ao positivismo foi uma das causas por que Antônio Pereira Prestes jamais chegou a ingressar oficialmente na igreja positivista. Dessa forma, o ambiente familiar contribuiu para que Luiz Carlos, leitor interessado dos autores clássicos da biblioteca deixada pelo pai, não se tornasse adepto da filosofia positivista. Aos 18 anos, sob a influência do professor de latim do Colégio Militar - Joaquim da Silva Gomes -, batizou-se na Igreja católica. Mas a religião seria logo por ele abando-

nada, na medida em que nela não encontraria resposta para suas variadas inquietações intelectuais.

A vida militar de Prestes foi muito curta, estendendo-se apenas de 1920 a 1924. Em fins de 1922 já havia atingido, por merecimento, a patente de capitão de engenheiros do Exército. Sua carreira militar esteve marcada por várias manifestações de protesto contra as irregularidades por ele observadas nas unidades onde serviu, primeiro no Rio de Janeiro, depois no Rio Grande do Sul. Por duas vezes solicitou demissão do Exército, a última às vésperas de levantar-se contra o governo Arthur Bernardes, visando criar a impressão de que abandonara definitivamente as Forças Armadas, o que viria a facilitar sua participação na conspiração dos “tenentes”.

Desde o episódio das “cartas falsas”,* em outubro de 1921, Prestes passa a atuar no movimento da jovem oficialidade militar, que ficaria consagrado na história

*As “cartas falsas”, então atribuídas ao candidato oficial à Presidência da República, Arthur Bernardes, foram publicadas no jornal carioca *Corrão da Manhã*, causando grande escândalo no meio da oficialidade militar, na medida em que eram insultuosas aos militares. Provocaram, assim, tumultuadas reuniões no Clube Militar, sediado na capital da República. Mais tarde, ficou esclarecido que tais cartas eram falsas e, provavelmente, haviam sido forjadas para comprometer a candidatura oficial junto aos militares. Prestes participa dessas reuniões no Clube Militar, dando início ao seu engajamento nas conspirações da jovem oficialidade do Exército contra os governos da República Velha.

como “tenentismo”. Participa ativamente da preparação do levante de 5/7/1922 no Rio de Janeiro, do qual não chega a tomar parte diretamente por se encontrar enfermo com tifo. Após o fracasso do movimento, Prestes é punido com a transferência para o Rio Grande do Sul, onde deve inspeccionar a construção de quartéis. Continua, entretanto, envolvido na conspiração tenentista. Com a revolta de 5/7/1924, em São Paulo, e a retirada dos rebeldes paulistas para o oeste do Paraná, ganha novo impulso a preparação do levante rio-grandense. O capitão Prestes é um dos conspiradores mais ativos, junto com os tenentes Aníbal Benévolo, Mário Portela Fagundes etc.

A Coluna Prestes e o exílio na Bolívia

Em 28 de outubro de 1924, começa o levante tenentista no Estado do Rio Grande do Sul. Logo a seguir, tem início a marcha rebelde que, mais tarde, entraria para a História como a Coluna Prestes (ou a Coluna Invicta) - episódio culminante do movimento tenentista.

Diante da grave crise estrutural (econômica, social, política, ideológica e cultural) que abalava a República no início dos anos 1920 - a crise do “pacto oligárquico” estabelecido entre os grupos oligárquicos dominantes -, os setores médios mostravam-se insatisfeitos com a falta de liberdade e as limitadas possibilidades de influir na vida política. Predispunham-se à revolta e a apoiar ações radicais contra o poder oligárquico. Faltavam-lhes, contudo, organização e capacidade de arregimentação para assumir a direção do movimento de rebeldia contra o poder oligárquico estabelecido.

A insatisfação no país era geral, mas foi a jovem oficialidade do Exército e da Marinha (os chamados “tenentes”) quem assumiu a liderança das oposições. O

tenentismo veio preencher o vazio deixado pela falta de lideranças civis aptas a conduzirem o processo de lutas que começava a sacudir as já caducas instituições políticas da Primeira República. Os “tenentes” assumiram as bandeiras de conteúdo liberal que, há algum tempo, já vinham sendo agitadas pelos setores oligárquicos dissidentes, dentre as quais se destacava a demanda do voto secreto, refletindo o anseio generalizado de liquidação da fraude eleitoral então em vigor. O que distinguia os “tenentes” das oligarquias dissidentes e dava ao seu liberalismo um caráter radical era a disposição de recorrer às armas na luta por tais objetivos.

A primeira revolta tenentista, rapidamente sufocada, tanto no Rio de Janeiro quanto no Mato Grosso - os únicos lugares em que chegou a ser deflagrada -, imortalizou-se pelo episódio do levante dos 18 do Forte de Copacabana, no dia 5/7/1922. Liderados pelo tenente Antônio de Siqueira Campos, um pequeno grupo de jovens militares marchou pela praia de Copacabana, de peito a descoberto, disposto a enfrentar os disparos das tropas governistas. Manchando de sangue as areias de Copacabana, os jovens foram trucidados. Apenas dois conseguiram sobreviver: os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. O episódio repercutiu por todo o Brasil, apesar do estado de sítio e da censura à imprensa, decretados pelo Congresso Nacional. E os nomes dos

heróis do Forte tornaram-se símbolo do clima de revolta então existente contra os governos das oligarquias dominantes - os governos de Epitácio Pessoa e do seu sucessor Arthur Bernardes. Ambos representavam, no fundamental, os interesses das oligarquias cafeicultoras de São Paulo e Minas Gerais e, dada a grave crise que abalava as estruturas do regime republicano, adotavam políticas econômicas cada vez mais excludentes em relação aos grupos oligárquicos dos demais Estados da União e aos diversos setores da sociedade brasileira da época.

Em 5/7/1924, 2 anos após o levante de 1922, estourava a rebelião de São Paulo, inaugurando uma nova onda de revoltas tenentistas. Era o “segundo 5 de julho”. Levantaram-se vários grupamentos policiais e unidades do Exército sediados nesse Estado. O comando geral do movimento fora entregue pelos jovens rebeldes ao general reformado do Exército Isidoro Dias Lopes, que contava com a colaboração do major Miguel Costa, comandante da Força Pública de São Paulo (a polícia militar do Estado).

O objetivo do movimento era depor o presidente Arthur Bernardes, cujo governo transcorria, desde o início, sob estado de sítio permanente e sob vigência da censura à imprensa. Os rebeldes pretendiam substituir Bernardes por um político capaz de “moralizar os costumes políticos”. Lutava-se pelas mesmas demandas

de caráter liberal já levantadas em 1922: além do voto secreto, “representação e justiça”, moralização dos costumes políticos e, de uma maneira geral, o cumprimento dos preceitos liberais da Constituição de 1891.

Durante 3 semanas, os rebeldes resistiram ao cerco das tropas governistas à capital de São Paulo. Ante o dilema de serem derrotados pela superioridade militar das tropas governistas ou se retirarem para outra região, onde fosse possível rearticular o movimento, o general Isidoro optou pela segunda alternativa. Sempre perseguidos pelos adversários mais numerosos e bem armados, os rebeldes conseguiram chegar ao oeste do Estado do Paraná, onde se estabeleceram. Logo enfrentariam as tropas comandadas pelo general Cândido Mariano Rondon, que se havia oferecido a Arthur Bernardes para dar combate aos militares rebelados.

A conspiração tenentista prosseguiu durante todo o ano de 1924. Após o levante paulista, ela atingiu um ritmo mais acelerado no Rio Grande do Sul, Estado em que viria a contar com o apoio dos “maragatos” (os libertadores) liderados pelo rico fazendeiro Joaquim Francisco de Assis Brasil. As condições precárias dos rebeldes paulistas, cercados no Oeste do Paraná, contribuíram para aguçar o espírito de luta da jovem oficialidade comprometida com a chamada “revolução”, levando-a a se mobilizar em solidariedade aos companheiros de São Paulo.

O principal coordenador da conspiração militar no Rio Grande do Sul foi o tenente Aníbal Benévolo, jovem oficial da Brigada de Cavalaria de São Borja. Também foram importantes na deflagração do levante gaúcho o capitão Luiz Carlos Prestes e o tenente Mário Portela Fagundes. Ambos haviam servido no 1º Batalhão Ferroviário (1ºBF) de Santo Ângelo e mantido contato estreito e permanente com a tropa.

Na noite de 28 de outubro, levantou-se o 1º BF, sob o comando de Prestes e Portela, e, na madrugada do dia 29, algumas outras unidades militares nesse mesmo Estado. Ao mesmo tempo, vários caudilhos ligados a Assis Brasil aderiram ao levante. As tropas dos maragatos, de lenço vermelho no pescoço, incorporaram-se às diversas unidades rebeladas, constituindo um reforço para a “revolução” tenentista.

As forças governistas foram rapidamente mobilizadas e lançadas contra os rebeldes. Devido à falta de coordenação entre as unidades rebeladas e à espontaneidade de suas ações, em poucos dias estavam desbaratadas. A “revolução” conseguiu sobreviver apenas na região de São Luís Gonzaga: primeiro, pelo fato de a cidade se encontrar distante de qualquer linha férrea, o que, naquela época, dificultava o acesso das tropas governistas, retardando sua investida contra os rebeldes; segundo, por conta do papel decisivo do capitão Prestes na reorganização das tropas.

Na prática, Prestes passou a comandar não só o 1º BF que viera com ele de Santo Ângelo, mas também os elementos militares e civis remanescentes dos diversos levantes ocorridos no Estado.

A atuação de Prestes no 1º BF, durante quase 2 anos, permitiu-lhe introduzir nessa unidade não só um novo tipo de instrução militar, mas também um novo tipo de relacionamento, até então desconhecido no Exército brasileiro, entre os soldados e o seu comandante. Assim, o jovem capitão, preocupado em garantir uma boa alimentação para a tropa, adotou uma série de medidas, por exemplo, a contratação de um padeiro e um cozinheiro. Organizou as atividades e o tempo dos seus subordinados de maneira que todos pudessem estudar, receber educação física e instrução militar, além de trabalharem na construção da linha férrea que ligaria Santo Ângelo a Giruá (RS). O próprio Prestes tornou-se professor e criou 3 escolas: uma para alfabetização e outras duas de primeiro e segundo graus. Em 3 meses, não havia mais analfabetos na companhia. Prestes não só comandou seus soldados mas também, ao mesmo tempo, trabalhava junto com eles, levando a mesma vida de seus subordinados. O jovem capitão conseguia estimular a iniciativa dos soldados, sem desprezar a disciplina, que era obtida com o exemplo do próprio comportamento e excluía a prática de qualquer tipo de violência. Em conseqüência, o pres-

tígio de Prestes se tornou enorme, garantindo a fidelidade do 1º BF na hora do levante.

Em São Luís Gonzaga, Prestes enfrentou a necessidade de organizar a resistência ao ataque inimigo em preparação. Foi assim que o 1º BF transformou-se na espinha dorsal da tropa rebelde, que ficaria conhecida como a Coluna Prestes.

Em dezembro de 1924, 14 mil homens, sob o comando do Estado-Maior governista, marchavam sobre São Luís Gonzaga. Formavam o chamado “anel de ferro”, com o qual se pretendia estrangular os rebeldes - cerca de 1,5 mil homens, armados precariamente e quase desprovidos de munição -, acampados em torno da cidade. O governo adotava a “guerra de posição” - a única tática que os militares brasileiros conheciam e que, de acordo com o modelo dos combates travados durante a I Guerra Mundial, consistia em ocupar posições, abrindo trincheiras e permanecendo na defensiva, à espera do inimigo. Ou, então, quando as posições inimigas estavam localizadas, definia-se o “objetivo geográfico” para onde se deveria marchar, com a meta de cercar o adversário, tendo como paradigma o famoso sítio de Verdun, que durara meses, no ano de 1916, quando se defrontaram os exércitos da Alemanha e da França.

Prestes, assessorado por Portela, põe então em prática a “guerra de movimento” - uma espécie de luta de

guerrilhas, então uma novidade para o Exército brasileiro. O rompimento do cerco de S. Luís pelos rebeldes e a marcha vitoriosa da Coluna comandada por Prestes em direção ao norte, visando socorrer os companheiros de São Paulo, cercados pelas tropas do general Rondon, constituiu a primeira grande vitória da nova tática militar imaginada por Prestes.

Em 12/4/1925, na cidade paranaense de Foz do Iguaçu, deu-se o encontro histórico das tropas gaúchas com os rebeldes paulistas. A proposta de Prestes de prosseguir na luta, dando continuidade à Marcha rebelde, acabou prevalecendo. O principal objetivo era manter acesa a chama da rebeldia tenentista e, com isso, atrair as forças inimigas para o interior do país - o que poderia contribuir para o êxito dos “tenentes”, que conspiravam no Rio de Janeiro e em outras capitais, preparando novos levantes.

Após a junção das colunas paulista e gaúcha, as tropas rebeldes foram reorganizadas, criando-se a 1ª Divisão Revolucionária, constituída pelas brigadas “São Paulo” e “Rio Grande”, sob o comando do major Miguel Costa, o oficial de maior patente, promovido a general-de-brigada pelo general Isidoro. Ao todo, a divisão contava com menos de 1,5 mil combatentes, sendo 800 da coluna gaúcha e os restantes da coluna paulista. Havia cerca de 50 mulheres, entre gaúchas e paulistas, que, na maioria dos casos, acompanhavam seus maridos e companheiros.

A formação da 1ª Divisão Revolucionária representou a vitória da perspectiva aberta por Prestes de os rebeldes atravessarem o rio Paraná e marcharem para Mato Grosso, dando continuidade à “revolução” tenentista. Enquanto as tropas paulistas haviam sofrido uma séria derrota em Catanduvas (PR), a Coluna Prestes vinha do Sul coberta de glórias. Nessas circunstâncias, Prestes teria um papel destacado à frente da 1ª Divisão Revolucionária. O general Miguel Costa tornara-se o comandante-geral, mas, reconhecendo a competência e o prestígio de Prestes, entregou-lhe, na prática, o comando da Coluna. A Coluna Prestes, que nascera no Rio Grande do Sul, partiu do Paraná revigorada pela junção com os rebeldes que se haviam levantado em São Paulo, em 5/7/1924.

A Coluna, além de mal-armada (não dispoñdo de fábricas de armamento e munição), não contava com uma retaguarda que assegurasse o abastecimento da tropa. Baseado na experiência do 1º BF, Prestes transformou a tropa rebelde num exército, em que vigorava a disciplina militar e, ao mesmo tempo, era estimulada a iniciativa dos soldados. Sem uma disciplina rigorosa e um comando único e centralizado, as forças rebeldes seriam desbaratadas. Mas, sem a participação ativa de cada soldado, sem a compreensão, de parte de cada um deles, de que a luta era pela libertação do Brasil do governo despótico de Arthur Bernardes, seria impossível

garantir a sobrevivência de uma força armada tão diferente: não havia soldo, nem pagamento de qualquer espécie, ou vantagens de qualquer tipo, e se exigia, para permanecer em suas fileiras, um grande espírito de sacrifício e muita disposição de luta.

A experiência dos maragatos foi valiosa na organização das forças rebeldes. Adotou-se, por exemplo, o método gaúcho de arrebanhar animais, as “potreadas”: pequenos grupos de soldados se destacavam da tropa em busca não só de cavalos para a montaria e de gado para a alimentação, mas também de informações, que eram transmitidas ao comando. Esses dados constituíram elementos valiosos para a elaboração de mapas detalhados sobre cada região atravessada pelos rebeldes, permitindo que a tática da Coluna fosse traçada com precisão e profundo conhecimento do terreno. Assim, reduziam-se os riscos de que os rebeldes acabassem pegos de surpresa pelo inimigo. Na verdade, era a Coluna Prestes que, com seus lances inesperados, surpreendia as forças governistas. As potreadas consistiam num fator fundamental para desenvolver a iniciativa e o espírito de responsabilidade dos soldados. Nas palavras de Prestes, foram “os verdadeiros olhos da Coluna”.

A Coluna não se poderia transformar num exército revolucionário, movido por um ideal libertário, se não incutisse em seus combatentes uma atitude de respei-

to e solidariedade em relação ao povo com quem mantinha contato. Qualquer arbitrariedade era punida com grande rigor; em alguns casos de maior gravidade, chegou-se ao fuzilamento dos culpados, principalmente quando houve desrespeito a famílias e, em particular, a mulheres. Da mesma forma, não se admitiam saques ou atentados gratuitos à propriedade.

A Coluna Prestes durou 2 anos e 3 meses, percorrendo cerca de 25 mil quilômetros através de 13 Estados do Brasil. Jamais foi derrotada, embora tenha combatido forças muitas vezes superiores em homens, armamento e apoio logístico, tendo enfrentado ao todo 53 combates. Os principais comandantes do Exército nacional não só não puderam desbaratar a Coluna Prestes, mas também sofreram pesadas perdas e sérios reveses impostos pelos rebeldes durante sua marcha. A Coluna, em seu périplo pelo Brasil, derrotou 18 generais.

Ao adotar a tática da “guerra de movimento”, a Coluna Prestes garantiu a própria sobrevivência em condições que lhe eram extremamente desfavoráveis. E, mais, transformou-se num exército com características populares. Paralelamente, forjou um novo tipo de combatente, de soldado da liberdade, que se batia por um ideal, e também formou líderes de envergadura que vieram a influir decisivamente nos acontecimentos posteriores.

Dado o fracasso governista no combate à Coluna Prestes, ela poderia continuar percorrendo o país, tirando proveito de sua mobilidade extrema, a grande arma que a tática da “guerra de movimento” lhe conferia. Mas Prestes compreendeu que havia chegado a hora de mudar de tática. Uma nova visão do Brasil - que ele adquirira durante a marcha, ao se deparar com a miséria em que vegetava a maior parte da população do país - contribuiu para essa conclusão. Dessa forma, o comando da Coluna tomou a decisão de partir para o exílio, ingressando na Bolívia em 3/2/1927. Como assinalou o cronista da Marcha, Lourenço Moreira Lima, “não vencemos, mas não fomos vencidos”.

Apesar das dificuldades, os rebeldes chegaram à Bolívia com o moral elevado, cômnicos de que haviam cumprido o seu dever, sem nada receber em troca. Os comandantes e soldados da Coluna partiram para o exílio num estado de absoluta pobreza, enquanto os generais governistas tinham enchido os bolsos às custas do erário público, que lhes oferecera verbas generosas para liquidar os revoltosos. A Coluna, praticamente desarmada, contando apenas 620 homens, havia vencido todos os embates com as forças governistas.

Os soldados rebeldes foram os desbravadores do caminho que minou os alicerces da Primeira República. A sobrevivência da Coluna Prestes constituiu um

fator decisivo para que, em diversos pontos do país, eclodissem levantes tenentistas. Embora essas revoltas militares - que sempre contaram com a colaboração de civis - tivessem sido esmagadas, a Coluna Prestes contribuiu para que, durante vários anos, fosse mantido um clima “revolucionário” no país, favorável à germinação das condições que levaram ao colapso da República Velha e à vitória da chamada Revolução de 30, propiciando o início de uma nova etapa no desenvolvimento capitalista no Brasil.

A Marcha da Coluna e o impacto causado em Prestes pela situação deplorável em que viviam as populações do interior do Brasil o levaram à conclusão de que a simples mudança de homens no poder não seria a solução para os graves problemas do país. Distintamente dos seus companheiros da Marcha, decidiu se voltar para o estudo da realidade brasileira, em busca das causas dos graves problemas sociais que afetavam o seu povo. No exílio, primeiro na Bolívia, e posteriormente na Argentina e no Uruguai, Prestes daria início ao estudo das obras de K. Marx, F. Engels e V. Lenin.

Anos mais tarde, Luiz Carlos Prestes viria a se transformar na principal liderança do movimento comunista no país. A Coluna Prestes gerara o líder mais destacado da revolução social no Brasil.

O exílio na Argentina, Uruguai e União Soviética

No exílio, Prestes é promovido a líder máximo dos “tenentes”, que o haviam designado “chefe militar da revolução tenentista”, uma vez que a conspiração tenentista prosseguia. Prestes, já então proclamado “Cavaleiro da Esperança” pela imprensa carioca, refletindo o enorme prestígio por ele adquirido à frente da Coluna Invicta, era procurado por representantes dos mais diversos setores do mundo político brasileiro e da opinião pública nacional, interessados em conquistar seu apoio para os objetivos que perseguiam naquele momento de crise do sistema oligárquico então existente no Brasil. Tinha lugar uma verdadeira romaria de políticos e jornalistas a Buenos Aires, onde Prestes, desde abril de 1928, vivia e lutava pela sobrevivência com grandes dificuldades. Na sua maioria, queriam que o Cavaleiro da Esperança emprestasse seu nome para a propaganda dos setores de oposição que iriam afinal se congregarem, em 1929, em torno da plataforma lançada pela chapa da Aliança Liberal, com vistas às eleições presidenciais de março de 1930.

Ao mesmo tempo, Prestes aproveitava todos os momentos livres para estudar, embora trabalhando duro no comércio, seja de cabos de vassoura, seja de outros artigos como café ou erva-mate, numa conjuntura de grave crise econômica mundial e de desemprego generalizado.

O contato com o marxismo causaria um forte impacto no Cavaleiro da Esperança. Ao cabo de um duro processo de revisão de suas concepções ideológicas, Prestes encontraria no marxismo não só a explicação que buscava para suas indagações e inquietações, mas também a solução para os problemas que ele pudera detectar na vida brasileira. Prestes aderiu de corpo e alma ao marxismo, ao socialismo e ao comunismo e, principalmente, à proposta da revolução socialista no Brasil.

A campanha eleitoral de 1930, com o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal, serviria de marco divisório entre Prestes e seus antigos companheiros. Enquanto a maioria esmagadora dos “tenentes” aderiu à Aliança Liberal, liderada por Vargas, Prestes não se deixou envolver, assumindo uma postura de denúncia do caráter dessa aliança: realizar mudanças na cúpula, garantindo os interesses dos setores oligárquicos até então preteridos, sem, contudo, permitir que se trilhasse um caminho de reformas econômico-sociais, capazes de atender aos anseios de amplos setores populares.

Às vésperas do movimento armado de 1930, o Cavaleiro da Esperança tornava público seu famoso “Manifesto de Maio”. Nesse documento, Prestes rompia abertamente com os “tenentes”, denunciando o adesismo destes aos grupos oligárquicos liderados por Vargas e descontentes com a escolha de Júlio Prestes para o seguinte quadriênio presidencial. Luiz Carlos Prestes apresentava um programa de transformações revolucionárias de caráter democrático, antilatifundiário e antiimperialista, cuja realização deveria constituir a primeira etapa - denominada de democrático-burguesa ou agrária e antiimperialista - da revolução socialista no Brasil. Era uma proposta inspirada diretamente nos documentos do Partido Comunista do Brasil (PCB) e da Internacional Comunista (IC),* com os quais Prestes mantinha contato desde o início do seu exílio. O Cavaleiro da Esperança tornava-se comunista sem ter sido ainda aceito pelo PCB.

Em 1931, Prestes, a convite da Internacional Comunista, parte com a mãe e as irmãs para a URSS, onde é contratado como engenheiro. Participa ativamente da construção do socialismo nesse país, que atravessa os difíceis anos do 1º plano quinqüenal. Ao mesmo tempo,

* Internacional Comunista - organização de caráter mundial, fundada em 1919 por V. Lenin congregava todos os partidos comunistas existentes na época, inclusive o PCB.

Prestes dedica-se ao estudo do marxismo, mantendo contato com a seção latino-americana da IC e com dirigentes dos partidos comunistas desse continente, buscando conhecer melhor a luta dos povos latino-americanos.

O contato direto com a realidade soviética viria a contribuir decisivamente para que Prestes se tornasse comunista convicto. Entretanto, só em agosto de 1934, ele é aceito no PCB, que até então relutara em inscrevê-lo nas fileiras de sua organização, temeroso do grande prestígio do Cavaleiro da Esperança. No final desse mesmo ano, Prestes parte para o Brasil clandestinamente, pois o governo Vargas havia instaurado contra ele um processo de deserção do Exército. Se Prestes desembarcasse legalmente no país, correria o risco de ser preso.

Regresso ao Brasil, participação no movimento antifascista de 1935 e prisão

Em abril de 1935, Prestes, por iniciativa própria, regressa ao Brasil para participar da luta contra o fascismo e o integralismo de Plínio Salgado. Em 30 de março daquele ano, no teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, num grande ato público, Prestes fora aclamado presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora (ANL) - uma ampla frente única, que se propunha a lutar contra o imperialismo, o latifúndio e a ameaça fascista que pairava sobre o Brasil, com o avanço do movimento integralista. Seu lema - “Pão, Terra e Liberdade” - mobilizou grandes contingentes populares no país, assim como diversificados setores da opinião pública nacional.

Naquele ano de 1935, a figura de Prestes viria a desempenhar um papel histórico importante - congregar em torno da ANL grande parte dos setores da nação insatisfeitos de uma maneira geral com o governo Vargas e o processo como haviam sido conduzidos os trabalhos da Constituinte de 1934 e a elei-

ção de Vargas para a presidência da República, mas também com a dominação imperialista do país e a força do latifundismo, com o avanço do integralismo e as medidas antidemocráticas adotadas pelo governo, como a Lei de Segurança Nacional. O Cavaleiro da Esperança, embora inicialmente distante do país e posteriormente vivendo na clandestinidade, sintetizava em sua figura os anseios de todos esses setores, que, em maio de 1930 - quando foi lançado seu famoso Manifesto de rompimento com o tenentismo -, não o havendo compreendido, lhe haviam dado as costas.

Em pouco menos de 3 meses e meio de vida legal, a ANL chegou a fundar mais de 1,6 mil núcleos em todo o território nacional, atingindo na capital da República 50 mil inscritos e, na cidade de Petrópolis (RJ) 2,5 mil aderentes, segundo Roberto Sisson, secretário-geral da entidade. Afonso Henriques, secretário do Diretório Municipal do Rio de Janeiro, escreveu que o quadro social da ANL estava, em maio de 1935, aumentando numa média de 3 mil membros por dia. De acordo com dados fornecidos por Caio Prado Júnior, presidente do Diretório Estadual de São Paulo, a ANL, no momento de seu fechamento, no início de julho de 1935, contava nacionalmente com um número de militantes que variava entre 70 e 100 mil.

A ANL transformou-se numa grande frente formada tanto através de adesões individuais de destacadas personalidades da cultura, da ciência e da política, quanto de organizações populares, sindicais, femininas, juvenis, estudantis, democráticas etc. Sua composição estava marcada pela presença de setores das camadas médias urbanas, de segmentos do movimento operário e de jovens militares, oriundos em grande parte das lutas tenentistas dos anos de 1920.

A atuação da ANL se caracterizava pela organização de grandes atos públicos, caravanas aos Estados do Norte-Nordeste, pela participação em lutas de rua contra os integralistas, pela publicação e vasta distribuição de boletins, volantes e jornais aliancistas. No Rio de Janeiro, *A Manhã* e, em São Paulo, *A Platéia* foram os principais jornais que deram publicidade aos documentos e às atividades promovidas pela ANL.

Durante os meses de maio e junho de 1935, o movimento antifascista no Brasil, sob a direção da ANL, deu consideráveis passos à frente. Repetiam-se as manifestações aliancistas tanto no Rio de Janeiro e em São Paulo quanto nos mais variados pontos do país, destacando-se a cidade fluminense de Petrópolis como um dos lugares onde o movimento adquiriu maior força e onde também ocorreriam choques particularmente violentos com os integralistas. Sob a pressão da campanha liderada pela

ANL, os integralistas eram obrigados a recuar, tendo, muitas vezes, suas marchas e manifestações dissolvidas pelas massas mobilizadas pelos diretórios aliancistas.

Em 11 de julho de 1935, o governo Vargas, temeroso diante do inegável avanço da mobilização popular promovida pela ANL, decreta o fechamento dessa entidade. Sob a influência dos comunistas, vinha se dando um acentuado processo de radicalização da ANL. Segundo os documentos do PCB, existiria no país uma “situação revolucionária”, o que permitiria o desencadeamento de uma insurreição popular com o objetivo de derrubar Vargas e estabelecer um “Governo Popular Nacional Revolucionário”, representativo das forças políticas aglutinadas na ANL. Não se tratava de uma revolução socialista ou comunista - conforme a direita sempre acusou os comunistas -, mas da luta por “todo o poder à ANL”, segundo a palavra de ordem lançada no Manifesto de 5 de julho de 1935, assinado por Luiz Carlos Prestes. Eram palavras de ordem que, contudo, não correspondiam à real correlação de forças políticas presentes no Brasil da época. Cometia-se, pois, um sério erro de avaliação da situação existente no país.

As conseqüências de tal erro seriam trágicas, pois significaram a derrota dos levantes antifascistas de novembro de 1935. Apesar do revés, o movimento democrático e

antifascista, dirigido pela ANL e que contava com a participação ativa dos comunistas, desempenhou papel importante na luta contra o integralismo e pela democracia no país. A ANL ajudou a formar, no Brasil, uma consciência antifascista, antiimperialista e a favor da reforma agrária, que a derrota de novembro de 1935 não seria capaz de apagar. Consciência que viria a renascer no início dos anos de 1940, com o movimento pela entrada do Brasil na guerra contra o nazifascismo, ao lado da URSS e das potências aliadas.

Com o fracasso dos levantes de novembro de 1935, inicia-se um período de repressão intensa. Prestes é preso em 5 de março de 1936, juntamente com sua companheira, a comunista alemã Olga Benario Prestes. Graças à coragem de Olga, que o protegeu com seu próprio corpo, não conseguiram matá-lo no ato da prisão, conforme as ordens expedidas pelo então chefe de polícia, o capitão Filinto Müller.

Diante dos tribunais de exceção, Prestes adota uma posição de firmeza inabalável e assume toda a responsabilidade pelo movimento que liderara. É condenado a mais de 47 anos de prisão. Sua companheira é deportada para a Alemanha hitlerista no sétimo mês de gravidez, num requinte de perversidade do governo Vargas. Após dar à luz, numa prisão nazista, a sua filha Anita Leocadia, Olga seria assassinada numa câmara de gás no campo de concentração de Bernburg, em abril de

1942. Prestes permaneceria preso durante 9 anos, a maior parte do tempo no mais absoluto isolamento.

Em 1942, ainda prisioneiro do Estado Novo, Prestes não vacila em apoiar o governo Vargas quando este, sob pressão do movimento democrático e antifascista, vê-se forçado a romper com os países do Eixo e, posteriormente, a enviar um contingente de soldados brasileiros para lutar contra o nazifascismo. Tal atitude de Getúlio Vargas refletia as mudanças que vinham ocorrendo na situação internacional e, também, era fruto das lutas do povo brasileiro e de seus setores mais combativos, como os comunistas, que saíram às ruas para exigir o envio dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para os campos de batalha na Europa. Prestes, por essa razão, não hesitou em apoiar o adversário.

Em 1943, realiza-se na serra da Mantiqueira uma conferência que reorganiza o PCB e elege, pela primeira vez, Luiz Carlos Prestes seu secretário-geral, apesar de este ainda se encontrar preso. Nessa conferência, é confirmada a orientação política, que já vinha sendo posta em prática pelos comunistas, de “União Nacional” com Vargas na luta contra o nazifascismo. Orientação que contava com o apoio de Prestes, pois ele insistia na necessidade de somar todas as forças possíveis no âmbito nacional e internacional para derrotar o fascismo - o pior inimigo da humanidade na época.

Campanha Prestes pela libertação dos presos políticos no Brasil. Falecimento de Leocadia Prestes

Logo após a prisão de Prestes, ainda em março de 1936, sua mãe, Leocadia Prestes, acompanhada pela filha Lygia, inicia campanha internacional, com sede em Paris, pela libertação dos presos políticos no Brasil. A vida de Prestes corria perigo iminente, pois a qualquer momento poderiam “suicidá-lo” na prisão, como era costume na época. Rapidamente, a campanha se estenderia aos demais continentes. Comitês de defesa de Prestes foram criados nos Estados Unidos, em vários países da América Latina, na Austrália, na Nova Zelândia. Do mundo inteiro, o governo Vargas seria bombardeado com milhares de cartas, telegramas de protesto, manifestos, exigindo a libertação de Prestes e de seus companheiros e o respeito às suas vidas.

Com a deportação de Olga Benario Prestes para a Alemanha nazista, a campanha se ampliaria em defesa da companheira de Prestes e de sua filha Anita Leocadia,

nascida numa prisão em Berlim. Olga conseguiu criar a filha até a idade de 14 meses, graças à ajuda, em alimentos, roupas e dinheiro - obtidos com recursos provenientes da campanha Prestes -, enviados pela mãe e a irmã de Prestes. Três vezes Leocadia Prestes foi com a filha à Alemanha, enfrentar a Gestapo e exigir a libertação de Olga e da criança. Delegações de vários países também foram a Berlim com o mesmo objetivo. Mas não foi possível salvar Olga; obteve-se a libertação de sua filha, entregue pela Gestapo à avó paterna.

Ante a iminência da guerra, Leocadia Prestes vê-se forçada a deixar a Europa, em 1938. Com a filha e a neta, parte para o México, cujo presidente, general Lázaro Cárdenas, lhes concedera asilo. No México, a campanha Prestes prosseguiria. A saúde de Leocadia Prestes ficara, entretanto, profundamente abalada pelos sofrimentos enfrentados. Em 14/6/43, ela falecia na Cidade do México.

Sua morte comoveu o povo mexicano. Ao velório compareceram milhares de pessoas. Todos os ministros de Estado estiveram presentes. O general Cárdenas, então ministro da Defesa do México, tomou a iniciativa de se dirigir pessoalmente a Getúlio Vargas, pedindo-lhe que permitisse a Prestes viajar ao México para se despedir da mãe. Propunha enviar um avião militar mexicano ao Brasil para levar o prisioneiro e oferecia-

se, inclusive, como refém, como garantia de que Prestes voltaria à prisão. Getúlio Vargas sequer respondeu. Quatro dias e quatro noites o povo mexicano aguardou a resposta, em respeitosa vigília. No dia 18 de junho de 1943, realizou-se o enterro, que se transformou em uma grandiosa manifestação popular.

Após o falecimento de Leocadia Prestes, Lygia Prestes, acompanhada de Anita Leocadia, viaja para Cuba, onde, em julho de 1943, inicia-se nova etapa da campanha Prestes, que se prolongaria até setembro daquele ano. O povo cubano, em inúmeros atos e manifestações, expressaria sua solidariedade a Prestes e aos presos políticos no Brasil, exigindo sua libertação imediata.

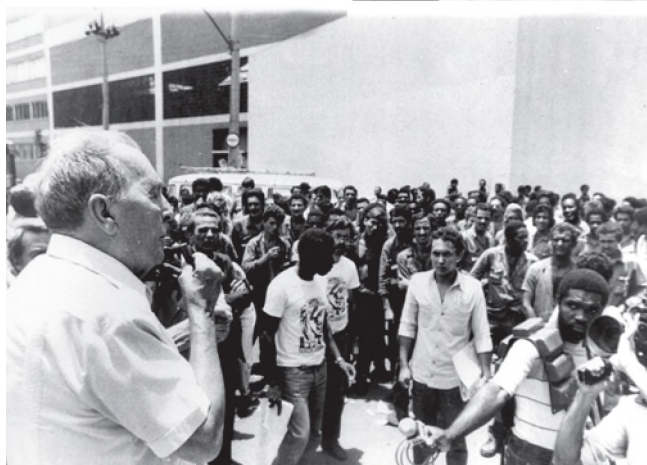
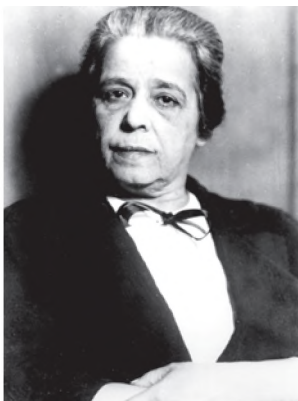


LCP aos 22 anos. Foto da formatura na Escola Militar do Realengo, RJ. Acervo da Família.

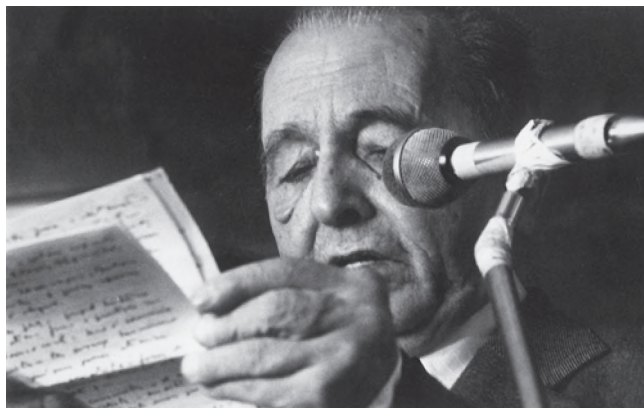


LCP e demais comandantes da coluna Prestes, em Porto Nacional (TO), Out de 1925, Acervo da Família.

D. Leocádia Prestes. Mãe de LCP. Foto tirada em Londres durante a campanha Preste na Inglaterra. Junho de 1936. Acervo da Família.



LCP falando para os operário do estaleiro Caneco. RJ, 7/12/1983. Acervo da Família.



Luís Carlos Prestes, de volta do exílio, em São Paulo, dezembro de 1979.



A bancada do PCB (um senador e 14 deputados) eleita em 2 de dezembro de 1945. Para a Assembléia Constituinte. Acervo da Família.



Entrada de LCP em comício no estádio do Pacaembu. SP, 15-7-1945.
Acervo da Família.



O Comando da Coluna Prestes no exílio: Cordeiro de Farias, Prestes e Djalma Dutra.



Prestes interrogado na Polícia Especial (Morro de Santo Antonio), 1936.

Saída da prisão, campanha para a Constituinte e eleição presidencial

Sob a pressão dos acontecimentos internacionais e da campanha pela anistia para os presos políticos, Vargas assina, em 18/4/1945, decreto-lei de libertação dos prisioneiros políticos existentes no país. Prestes, juntamente com muitos outros companheiros, conquista a liberdade, após 9 anos de prisão, a maior parte do tempo incomunicável. Em outubro desse ano, chegam ao Brasil e são recebidas por Prestes sua filha Anita Leocadia, que ele ainda não conhecia, e a irmã Lygia, vindas do exílio no México.

Ao sair da prisão, com enorme prestígio popular, Prestes empenha-se na campanha de massas que levaria à legalização do PCB, assim como na luta pela “União Nacional”, compreendida como um processo que deveria contribuir para a efetiva democratização do país. Grandes comícios e manifestações são realizados por todo o Brasil, com a presença de Prestes. O PCB havia conquistado sua legalidade de fato, nas ruas, com a participação do povo. Entre os principais atos públicos en-

tão realizados, foram especialmente importantes os memoráveis comícios do estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, em 23/5/1945, e do estádio do Pacaembu, em São Paulo, em 15/7/1945.

Prestes participa da campanha, lançada pelo PCB, a favor da convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita e democrática, que elaborasse uma nova Constituição em substituição à Constituição de 1937, de corte fascista, decretada pelo Estado Novo. Diferentemente dos chamados “queremistas” - que proclamavam nas ruas “Queremos Getúlio” e “Constituinte com Getúlio” -, os comunistas consideravam necessário, primeiro, eleger a Constituinte, que elaboraria e promulgaria uma nova Constituição, para, só então, realizar eleições para a presidência da República. Dessa forma, seria evitado o paradoxo de eleger um presidente, que teria de jurar o cumprimento da Constituição do Estado Novo, o que, afinal, veio a acontecer, com a escolha, nas eleições de 2/12/1945, de um presidente antes da elaboração da nova Constituição - o general Eurico Gaspar Dutra.

Durante o ano de 1945, os comunistas lutaram intensamente contra o golpe de Estado de direita, afinal desfechado em 29/10/1945, com o apoio da embaixada estadunidense. Os golpistas visavam a derrubada de Vargas, no momento em que seu governo adotava posi-

ções de caráter democrático e popular, como a libertação dos presos políticos, o levantamento da censura à imprensa, a legalização do PCB, o reatamento de relações diplomáticas com a URSS e a convocação de eleições gerais para os poderes Legislativo e Executivo.

Apesar do golpe de Estado e da onda repressiva desencadeada logo a seguir contra Prestes e os comunistas, as eleições tiveram de ser mantidas e a Assembleia Constituinte convocada. Diante da impossibilidade de impedir a eleição presidencial juntamente com a da Constituinte, o PCB lançou a candidatura do engenheiro Yeddo Fiúza para a presidência da República. Com apenas 15 dias de campanha eleitoral, o candidato dos comunistas teve um êxito extraordinário, conquistando, em 2/12/1945, 10% dos votos válidos.

Prestes — o senador mais votado da República

Nas eleições de 2/12/1945, para a Assembléia Constituinte, o PCB obteve uma grande vitória: Prestes foi eleito senador pelo Distrito Federal (o mais votado da história da República, com mais de 160 mil votos) e deputado por 3 Estados, segundo a legislação em vigor na época. Além disso, foram eleitos 14 deputados comunistas, entre os quais destacavam-se nomes como os de Carlos Marighella, Gregório Bezerra, Osvaldo Pacheco e Jorge Amado.

Nos trabalhos de elaboração da Constituição de 1946, os comunistas, com Prestes à frente, desempenharam papel de relevo. O documento básico que orientou a atuação dos comunistas na Constituinte foi o informe político apresentado por Prestes no Pleno Ampliado da Direção Nacional do PCB, realizado em janeiro de 1946. Entre os pontos mais importantes desse documento, deve-se destacar a defesa do direito de voto para todos os cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros. Da

mesma forma, a garantia efetiva das liberdades de opinião, de consciência, de reunião, de associação, inclusive política, de manifestação de pensamento etc. A completa igualdade de direitos sem distinção de sexo, religião ou nacionalidade. E muitas outras demandas democráticas, como foi o caso da autonomia municipal.

Ao defender insistentemente a inclusão dos mais amplos direitos democráticos na Constituição e, após a sua promulgação, o respeito àqueles preceitos democráticos que nela haviam sido incorporados, Prestes declarava que “não é capitulando diante dos reacionários que se defende a democracia. A maneira de defendê-la consiste em lutar por ela até o fim e lutar decisivamente”.

Essa foi a postura dos parlamentares comunistas na Constituinte e, posteriormente, na Câmara e no Senado federais, o que se evidencia nos discursos pronunciados por Prestes.

O problema da terra no Brasil - o monopólio da propriedade privada da terra -, visto como um dos grandes entraves à democratização do país, constituiu uma das principais questões levantadas pelos comunistas nos debates parlamentares então travados. Tendo votado contra o projeto de Constituição que seria aprovado pela maioria conservadora da Assembléia Constituinte, a bancada comunista propôs emendas visando a garantia do direito de propriedade, “desde que não seja exerci-

do contra o interesse social ou coletivo ou quando anule, na prática, as liberdades individuais proclamadas nesta Constituição ou ameacem a segurança nacional” e afirmando que esse direito e “seu uso serão condicionados ao bem-estar social, de modo que permitam a justa distribuição deles com iguais oportunidades para todos”. Ao mesmo tempo, os comunistas propunham outras emendas com o objetivo de garantir “a fixação do homem no campo, tomando as medidas necessárias para o fracionamento dos latifúndios, para o desenvolvimento das pequenas propriedades, para a criação de novos centros de população agrícola, com as terras e as águas que lhes sejam indispensáveis para o fomento da agricultura e para evitar a destruição dos elementos naturais e os danos que a propriedade possa sofrer em prejuízo da sociedade”. Emendas que seriam rejeitadas pela maioria reacionária com assento na Constituinte de 1946.

Nos discursos de Prestes, a reforma agrária é um tema recorrente. Afirmava ele: “Sem uma redistribuição da propriedade latifundiária, ou em termos mais precisos, sem uma verdadeira reforma agrária, não é possível debelar grande parte dos males que nos afligem”. Palavras premonitórias e reveladoras, que se mantêm atuais, demonstrando não só a postura pioneira dos comunistas na luta pela reforma agrária, mas também a justeza dessa luta, encampada hoje por amplos setores da sociedade

brasileira, apesar da encarniçada resistência oferecida de maneira firme e persistente pelos grandes proprietários de terra e seus representantes nos poderes da República.

Durante os trabalhos da Constituinte, os comunistas se bateram pela definição precisa, sem subterfúgios, dos “direitos sociais”, posicionando-se claramente contra o estabelecimento de quaisquer restrições ao direito de greve. Frente ao Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946, baixado pelo Poder Executivo e que na prática feria o direito de greve, a bancada comunista propôs sua desaprovação, declarando que “o princípio relativo ao direito de greve deve ser proclamado numa nação que se organiza democraticamente, mesmo que o país conte - como contamos - com uma justiça própria aparelhada para dirimir contendas entre empregados e empregadores, com base na legislação social”. Mais uma vez, entretanto, um requerimento dos comunistas seria rejeitado. Na Constituição de 1946, ficaria inscrito o direito de greve - vitória das forças democráticas, alcançada em grande medida pelo esforço da bancada comunista -, sem, contudo, ter sido tal direito regulamentado na Carta Magna, como defenderam sempre os comunistas.

Não obstante a maioria conservadora na Assembléia Constituinte, a bancada comunista conseguiu inscrever na Constituição os direitos civis democráticos e uma série de importantes conquistas dos trabalhadores, como o

direito de greve. Os comunistas foram, contudo, derrotados em seu empenho de incorporar à Constituição medidas de reforma agrária e contra o capital estrangeiro.

Durante os trabalhos da Constituinte, Prestes pronunciou discursos memoráveis, defendendo as posições do PCB e da bancada comunista e dando resposta a inúmeras provocações de caráter anticomunista, lançadas no bojo do avanço da “guerra fria”, que começava a ganhar terreno no cenário internacional, repercutindo na política brasileira.

Em 26/3/1946, Prestes faz na Constituinte discurso, que se tornou célebre, para revidar as provocações de Juracy Magalhães e de outros parlamentares, que o acusavam de haver dito que, em caso de uma guerra do Brasil contra a URSS, os comunistas tomariam o partido desta última. Prestes explicava que a URSS não ameaçava o Brasil, nem qualquer outro país e, que se o Brasil fosse envolvido em alguma guerra, tal guerra teria caráter imperialista. Dessa forma, os comunistas seriam contrários a essa guerra e tratariam de levantar o povo brasileiro contra o governo responsável pelo envolvimento do país em semelhante conflito. Prestes dizia ainda que os comunistas brasileiros agiriam seguindo o exemplo dos resistentes franceses, que empunharam armas para lutar contra o regime de Petain, quando este capitulou perante Hitler.

Distintamente do que as versões eivadas de anticomunismo procuraram consagrar, frente aos apertes provocativos de elementos anticomunistas com assento na Constituinte, Prestes, nesse memorável discurso, deixa claro que os ataques desferidos contra ele pessoalmente e contra o PCB eram parte de uma campanha de proporções internacionais, movida pelas nações imperialistas com o objetivo de provocar a guerra, pretendendo assim deter o avanço do sistema socialista, que saíra fortalecido com a vitória dos Aliados sobre o nazifascismo.

Com a promulgação da Constituição, em 18/9/1946, Prestes passa a atuar no Senado Federal, onde é o único parlamentar comunista, enfrentando violenta ofensiva anticomunista, que se acentua com o avanço da “guerra fria”.

Dez anos de clandestinidade e a volta à atividade legal

Em junho de 1946, Prestes participa ativamente da 3ª Conferência Nacional do PCB, a primeira realizada legalmente na história do partido, quando foram reafirmados os principais objetivos programáticos dos comunistas, dando-se destaque à luta pela garantia das conquistas democráticas obtidas a partir de 1945.

Com a intensificação da histeria anticomunista, provocada em grande parte pelo clima de “guerra fria” no cenário internacional, e com as medidas de repressão adotadas pelo governo Dutra contra os comunistas e as forças democráticas atuantes no país, em maio de 1947, o PCB era posto na ilegalidade pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em janeiro de 1948, os parlamentares comunistas tinham seus mandatos cassados pelo Congresso Nacional, apesar da mobilização popular promovida pelo Partido contra tais medidas, com a realização de atos públicos, protestos, abaixo-assinados etc.

Prestes era forçado a ingressar na clandestinidade, que, para ele, significaram mais de 10 anos de isolamento quase total. A partir de 1953, passava a ser sua compa-

nheira Maria do Carmo Ribeiro, militante do PCB, cuja tarefa era cuidar do aparelho clandestino do Partido, onde Prestes seria obrigado a viver. Com ela viria a ter 7 filhos.

Embora continuasse ocupando o cargo de secretário-geral do PCB, o isolamento a que Prestes estava submetido contribuiu para que ele não conseguisse avaliar corretamente a situação brasileira. Dessa forma, não pôde influir no sentido de evitar os graves erros que seriam cometidos na orientação política dos comunistas, durante os anos de 1950. A partir principalmente do lançamento do Manifesto de 1º de agosto de 1950, assinado por Prestes, fazia-se um apelo irrealista à derrubada violenta do governo, considerado de “traição nacional”, através da “luta armada pela libertação nacional”, com o objetivo de conquistar um “governo revolucionário”.

Os reveses enfrentados pelos comunistas na aplicação de tal política levaram a que, pouco a pouco, mudanças fossem introduzidas nas resoluções partidárias. Diferentemente das eleições de 1950, quando o PCB, num erro de avaliação posteriormente reconhecido, pregou o voto nulo, no pleito presidencial de 1955, os comunistas apóiam J. Kubitschek e J. Goulart (respectivamente para presidente e vice-presidente), cuja vitória contribui para que a situação política do país começasse a mudar, favorecendo o ascenso das forças nacionalistas e democráticas. Em março de 1958, sob a pressão do movimento

democrático, a Justiça revoga a ordem de prisão preventiva existente contra Prestes e demais dirigentes comunistas, o que lhes permite o retorno à vida legal, apesar de o PCB continuar proibido de se reorganizar.

Ao mesmo tempo, o PCB, nos anos de 1956/1957, atravessa uma séria crise, conseqüência, em grande parte, da repercussão mundial do XX Congresso do Partido Comunista da URSS, realizado no início de 1956, quando foram denunciados os graves erros cometidos no período do chamado “culto da personalidade de Stalin”. Prestes consegue romper o isolamento total a que estava submetido pelo grupo dirigente do partido, constituído pelos membros do Secretariado do Comitê Central do PCB.

Dado o inegável prestígio de Luiz Carlos Prestes, a unidade das fileiras comunistas seria mantida, apesar das numerosas defecções então ocorridas, principalmente de parte de setores da intelectualidade. Para tal, foi importante a divulgação de documento aprovado pelo Comitê Central do PCB, com o apoio decisivo de Prestes, que ficou conhecido como “Declaração de Março” de 1958. Nessa resolução assumia-se uma postura autocrítica em relação às posições anteriormente adotadas pelo PCB, sendo proposta a luta por um “governo nacionalista e democrático” através da participação dos comunistas no processo eleitoral. Insistia-se na luta pela legalização do PCB, cujo registro eleitoral con-

tinuava vetado, pela interpretação então feita da legislação em vigor, pelo Superior Tribunal Eleitoral.

Para Prestes, reinicia-se um período de intensa atividade junto às massas populares e a diferentes setores da vida política nacional. Ao mesmo tempo em que lutam pela legalidade do PCB, os comunistas, com Prestes à frente, realizam, em 1960, sob a forma de uma “convenção comunista”, o 5º Congresso do Partido, em que são reafirmadas as principais teses presentes na “Declaração de Março” de 1958. Os comunistas participam das lutas do movimento operário e democrático a favor das “reformas de base” e, em particular, da Reforma Agrária, alcançando importantes vitórias nos anos que se estendem até o golpe militar de abril de 1964.

Prestes viaja por vários Estados do Brasil, emprestando apoio a candidatos comprometidos com os interesses populares. Nas eleições presidenciais de 1960, Prestes, em nome dos comunistas, apóia as candidaturas do marechal Henrique Teixeira Lott para presidente da República e de João Goulart para vice-presidente. Lott é derrotado, com a vitória de Jânio Quadros, mas João Goulart é eleito vice-presidente da República.

Na qualidade de secretário-geral do PCB, Prestes realiza também viagens ao exterior, representando os comunistas brasileiros junto ao movimento comunista internacional.

O golpe de 64: clandestinidade e exílio

Apesar dos êxitos alcançados pelo movimento operário e democrático, no início dos anos de 1960, sua mobilização foi insuficiente para impedir o golpe militar de 1964. Os setores de direita, representando principalmente os interesses do grande capital financeiro internacional, temerosos diante dos sucessos alcançados pelas forças nacionalistas e democráticas na luta pelas “reformas de base”, prepararam e desfecharam o movimento armado que levou à queda de João Goulart e ao estabelecimento do regime militar. A ditadura conseguiria sobreviver no Brasil durante 20 anos.

Os comunistas constituem um dos alvos principais da violência repressora da ditadura, que se instala no país a partir daquele momento. Prestes é o primeiro da lista de cassações dos direitos políticos decretada pelo Ato Institucional nº1, vendo-se obrigado a novamente viver na clandestinidade, da mesma forma que a maioria dos dirigentes do PCB.

São anos difíceis, que se seguiram a uma séria derrota de todas as forças progressistas no Brasil. Prestes

enfrenta não apenas as perseguições movidas pelo regime ditatorial, mas também graves problemas internos no PCB, quando vários dirigentes do partido e numerosos militantes abandonam as fileiras partidárias e aderem à luta armada contra a ditadura. Prestes, à frente do Comitê Central do PCB, defende a necessidade de formar uma ampla frente única democrática contra o regime ditatorial, condenando o apelo ao caminho armado, proposta que, naquele período, não correspondia à real correlação de forças políticas existentes no país. Nos anos que se seguiram, a própria prática das ações desenvolvidas pelos elementos da chamada “ultra-esquerda” acabaria demonstrando a inexistência no Brasil de então de condições propícias ao desencadeamento de movimentos armados. Como consequência do erro de avaliação cometido por tais elementos, centenas de militantes de “esquerda” foram dizimados pelos órgãos da repressão do regime militar.

A perseguição movida pela ditadura contra todas as forças de “esquerda” e democráticas seria cada vez maior. Em 1971, por decisão do Comitê Central do PCB, Prestes parte para o exílio. Morando na URSS, desenvolve intensa atividade no campo internacional, procurando mobilizar a opinião pública mundial contra a ditadura militar no Brasil, denunciando seus crimes e buscando formas de apoio e solidariedade efetiva aos

presos e perseguidos políticos no país. Participa intensamente da campanha mundial pela anistia ampla, geral e irrestrita no Brasil.

Com a transferência do Comitê Central do PCB para a Europa - dada a violenta repressão policial-militar que se abate sobre os comunistas nos anos de 1974/1976 -, acentuam-se as divergências político-ideológicas entre Prestes e a maioria da direção do Partido, que se opõe a rever a estratégia da “revolução nacional e democrática”, já ultrapassada pelo nível do desenvolvimento capitalista atingido no Brasil. Prestes, com base em trabalhos produzidos por estudiosos da economia e da sociedade brasileira dos anos de 1970, compreendera que não havia mais lugar para a conquista de um capitalismo autônomo no país, conforme a linha estratégica do PCB, aprovada em seus 5º e 6º Congressos. Neste último Congresso, realizado em 1967, na clandestinidade, as divergências de Prestes com a maioria do Comitê Central haviam começado a se explicitar.

Ao perceber que a maioria da direção do PCB não aceitava rever sua linha estratégica e, ao mesmo tempo, estava presa à defesa de interesses corporativos menores, enveredando pelo caminho da acomodação e do abandono da luta pelo socialismo no país, Prestes decide romper com o Comitê Central. Percebe que não existia a menor possibilidade de mudar a política e os métodos da

direção continuando a dela fazer parte, como, iludidos, pensavam muitos companheiros. Adota, entretanto, a posição de aguardar o regresso ao Brasil para, em contato com a militância partidária, discutir e anunciar tal decisão. A posterior descaracterização do PCB como partido revolucionário e sua conhecida desagregação no início dos anos de 1990 mostrariam que Prestes tinha razão ao combater as ilusões então existentes quanto às possibilidades de regeneração daquela direção do PCB.

A anistia e o regresso à pátria.

Os últimos anos

Em outubro de 1979, com a conquista da anistia, Prestes, após 8 anos de exílio forçado, regressa à pátria. No aeroporto internacional do Rio de Janeiro é recebido com grande entusiasmo por mais de 10 mil pessoas, em que se destacam os jovens, trabalhadores e estudantes.

Em março de 1980, o veterano combatente comunista torna pública sua “Carta aos Comunistas”, em que oficializa seu rompimento com a política “oportunista de direita” imposta pela direção do PCB, denunciando a postura, adotada pelo Comitê Central, de abandono da luta pelos objetivos revolucionários e socialistas que deveriam nortear o Partido Comunista. A partir de então, Prestes desenvolve intensa atividade de esclarecimento e propaganda de seus ideais revolucionários junto aos mais diversos setores da nação, principalmente os trabalhadores e os jovens. Participa de campanhas eleitorais, concedendo seu apoio a candidatos comprometidos com os interesses populares e democráticos e viaja pelo país todo, a convite das mais variadas entidades sindicais, estudantis, populares etc.

Em 7 de março de 1990, Prestes faleceu no Rio de Janeiro. Seu velório, durante 48 horas no Palácio Tiradentes, e enterro, no Cemitério São João Batista, se transformaram em grandes manifestações de luto e de dor por parte da população carioca e de numerosas delegações provenientes de todo o Brasil e do exterior.

¶¶¶ ¶¶¶ -a- -a- -a- -a-

Luiz Carlos Prestes tornou-se, indiscutivelmente, um personagem altamente controvertido da História do Brasil contemporâneo. Sua vida é pouco conhecida e muito deturpada. Ele próprio, um homem de ação, um revolucionário, que passou a maior parte de sua existência em condições extremamente adversas, não teve a preocupação de escrever suas memórias, nem contou com circunstâncias favoráveis para elaborar reflexões aprofundadas sobre os diferentes momentos de sua diversificada atuação política. Sua vida, entretanto, está indissolivelmente ligada a cerca de 70 anos da história recente de nosso país. Desde 1921, quando Prestes participa dos primórdios da conspiração tenentista que resultaria no levante de 5/7/1922, até o seu falecimento em 7/3/1990, sua trajetória política se confunde com os acontecimentos mais importantes e mais palpitantes da história brasileira e, em muitos momentos, da história mundial.

Luiz Carlos Prestes, desde muito jovem, revelou indignação com as injustiças sociais e a miséria de nosso povo, mostrando-se preocupado com a busca de soluções efetivas para a situação deplorável em que se encontrava a população brasileira, principalmente os trabalhadores do campo, com os quais tivera contato durante a Marcha da Coluna, que ficaria conhecida como a Coluna Prestes. Muito antes de tornar-se comunista, Prestes já era um revolucionário. Sua adesão aos ideais comunistas e ao movimento comunista apenas veio comprovar e confirmar sua vocação revolucionária, seu compromisso definitivo com a luta pela emancipação econômica, social e política do povo brasileiro. Enquanto revolucionário, Prestes foi um patriota - um homem que dedicou toda sua vida à luta por um Brasil melhor, por um Brasil onde não mais existissem a fome, a miséria, o analfabetismo, as doenças, a terrível mortalidade infantil e as demais chagas que sabidamente continuam ainda hoje a infelicitar nosso país. Como se dizia antigamente, e no bom sentido da palavra, Prestes foi um idealista.

A descoberta da teoria marxista e a conseqüente adesão ao comunismo representaram, para Prestes, o encontro com uma perspectiva, que lhe pareceu factível, de realização dos anseios revolucionários por ele até então alimentados, principalmente durante a Marcha da Coluna. A luta à qual resolvera dedicar sua vida en-

contrava, dessa forma, um embasamento teórico e um instrumento para ser levada adiante - o Partido Comunista. O Cavaleiro da Esperança, uma vez convencido da justeza dos novos ideais que abraçara, tornava-se também um comunista convicto e disposto a enfrentar toda sorte de sacrifícios na luta pelos objetivos traçados.

No processo de aproximação ao PCB, Prestes rompeu de público com seus antigos companheiros, os “tenentes”, posicionando-se abertamente a favor do programa da “revolução agrária e antiimperialista” defendido pelos comunistas brasileiros. Seu Manifesto de Maio de 1930 é um documento de indiscutível importância, uma vez que consagra o início de uma nova fase na vida do Cavaleiro da Esperança. A partir daquele momento, Prestes deixava definitivamente para trás os antigos compromissos com o liberalismo tenentista e enveredava pela via da luta pelos ideais comunistas que passariam a nortear, dali por diante, toda sua vida.

Mas a importância do Manifesto de Maio transcende a virada ocorrida na trajetória política de Luiz Carlos Prestes. Pela primeira vez na história do Brasil, uma liderança de grande projeção nacional, a personalidade de maior destaque no movimento tenentista - na qual apostavam suas cartas as elites oligárquicas congregadas na Aliança Liberal, na expectativa de que o Cavaleiro da Esperança pusesse seu cabedal político a serviço dos objetivos da

oposição oligárquica, aceitando participar do poder para melhor servi-la -, recusa tal poder, rompendo com os políticos das classes dominantes para se juntar aos explorados e oprimidos, para se colocar do lado oposto da grande trincheira aberta pelo conflito entre as classes dominantes e as dominadas, entre exploradores e explorados. Prestes tomava o partido dos oprimidos, abandonando as hostes das elites comprometidas com os donos do poder.

Tratava-se de um fato inédito, jamais visto no Brasil. Luiz Carlos Prestes, capitão do Exército, que se tornara general da Coluna Invicta, que fora reconhecido como liderança máxima das forças oposicionistas ao esquema de poder vigente na República Velha, talhado, portanto, para se transformar no líder da “revolução” das elites oligárquicas, numa liderança política confiável dessas elites, usava seu prestígio para indicar ao povo brasileiro um outro caminho - o caminho da luta pela reforma agrária radical e pela emancipação nacional do domínio imperialista, o caminho da revolução social e da luta pelo socialismo.

Vale lembrar que Prestes, diferentemente de um João Cândido, na Revolta da Chibata, de um Roberto Moreira, no movimento operário, ou de um Gregório Bezerra, junto aos trabalhadores rurais, não provinha dos setores populares, nem surgira da luta das classes exploradas e/ou marginalizadas do povo brasileiro. O Cavaleiro da Es-

perança era um líder que expressava principalmente os anseios de mudança das camadas médias urbanas no Brasil dos anos de 1920, ainda que, ao final daquela década conturbada, os anseios de mudança representados pelo tenentismo empolgassem parcelas consideráveis de setores populares. Luiz Carlos Prestes, pelo seu papel destacado à frente do tenentismo, estava talhado para ser um político comprometido com os chefes oligárquicos que fizeram a “Revolução de 30”. Da mesma maneira que os “tenentes” Juarez Távora, Osvaldo Cordeiro de Farias ou João Alberto Lins de Barros, esperava-se de Prestes a participação ativa no movimento “revolucionário” de 1930.

Eis a razão do impacto causado pelo seu Manifesto de Maio. Poucos, muito poucos entenderam o gesto do Cavaleiro da Esperança. Numa sociedade em que os setores populares foram, na maior parte das vezes, mantidos longe de qualquer participação na vida política nacional, parecia absurdo que um líder da envergadura de Prestes pudesse recusar o poder que lhe era oferecido para, rompendo com a tradicional política de conciliação com os setores dominantes, colocar-se definitivamente ao lado dos oprimidos e dos explorados, à frente dos trabalhadores. Prestes não aceitara ser um político das classes dominantes. Passaria a ser um político comprometido com os interesses populares, ainda que tais

setores, em sua maioria, não pudessem na época compreender a grandeza do seu gesto.

Como foi sempre coerente consigo mesmo e com os ideais revolucionários a que dedicou sua vida, sem jamais se dobrar diante de interesses menores ou de caráter pessoal, Prestes despertou o ódio dos donos do poder, que se esforçariam por criar uma história oficial deturpada, tanto de sua trajetória política quanto da história brasileira contemporânea.

Mesmo após seu falecimento, Prestes continua a incomodar os donos do poder, o que se verifica pelo fato de sua vida e suas atitudes não deixarem de ser atacadas e/ou deturpadas, com insistência aparentemente surpreendente, uma vez que se trata de uma liderança do passado, que não mais está disputando qualquer espaço político. Num país em que praticamente inexistem uma memória histórica, em que os donos do poder sempre tiveram força suficiente para impedir que essa memória histórica fosse cultivada, presenciamos um esforço sutil, mas constante, desenvolvido através de modernos e possantes meios de comunicação, de dificultar às novas gerações o conhecimento da vida e da luta de homens como Luiz Carlos Prestes, cujo passado pode servir de exemplo para os jovens de hoje.

Uma vez que, nas condições atuais, de existência de uma relativa liberdade de imprensa, embora aliada a

uma crescente manipulação da opinião pública, não seja mais possível manter absoluto silêncio a respeito de Prestes - o que foi feito não só durante os anos da ditadura militar, mas também em ocasiões anteriores -, procura-se hoje desenvolver formas sutis de, sem recorrer ao ataque direto, descaracterizar sua figura. O anticomunismo atual já não é o mesmo dos tempos da “guerra fria”, quando se afirmava que os comunistas “comiam criancinhas”. No início do século 21, é necessário apelar para a criatividade dos “intelectuais orgânicos” a serviço da burguesia para encontrar meios mais eficazes de convencimento das pessoas e de construção de um consenso social, capaz de assegurar sua hegemonia política.

Sem abandonar a repetição de conhecidas e surradas calúnias contra os comunistas e, em particular, contra Prestes, procura-se difundir uma nova imagem do Cavaleiro da Esperança - a de um homem “puro e ingênuo”, indiscutivelmente honesto (jamais alguém conseguiu duvidar de sua honestidade), um bom pai de família, até mesmo um amante das flores e cultivador de roseiras, mas um militar rígido (evita-se lembrar seu reconhecido talento como estrategista, revelado durante a Marcha da Coluna), incapaz de compreender as nuances da política. Sua vida política, portanto, não teria passado de uma lamentável sucessão de erros e fra-

cassos - um exemplo desastroso, que não mereceria ser seguido pelos jovens de hoje, uma vez que se trata de lhes inculcar a visão de que só devem ser adotados os “modelos” vitoriosos. Dessa forma, é “fabricada” uma imagem banalizada, “domesticada” ou “pasteurizada” de Luiz Carlos Prestes - a de uma personalidade que merece muito mais compaixão pelos sofrimentos por que passou do que admiração pelo seu heroísmo, pela dedicação sem limites à causa da libertação do seu povo de todo tipo de dominação e exploração, pela firmeza na defesa das convicções revolucionárias assumidas. O herói, o revolucionário, o patriota, o comunista convicto são silenciados, para se criar a imagem de um Prestes inofensivo para os dominadores e exploradores de hoje.*

* Semelhante tipo de tratamento da personalidade de Prestes é adotado no filme documentário “O Velho - A história de Luiz Carlos Prestes”, de autoria de Toni Venturi, 1996.

Bibliografia

- BASTOS, A. Prestes e a revolução social. Rio de Janeiro, Calvino, 1946.
- CARONE, E. Classes sociais e movimento operário. São Paulo, Ática, 1989.
- _____. Brasil: anos de crise (1930-1945). São Paulo, Ática, 1991.
- LEITE, E.L. “Luiz Carlos Prestes e o nosso acerto com a História”. Cultura Vozes, Petrópolis, vol. 92, nº 2, pp. 104-111, março-abril de 1998.
- _____. “Luís Carlos Prestes e o nosso senso de dever”. Novos Rumos, São Paulo, nº 29, pp. 46-57, verão de 1999.
- LOWY, M. (org.). O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.
- PINHEIRO, P S. Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- PRESTES, A. L. “A que herança devem os comunistas renunciar?” Oitenta, Porto Alegre, vol. 4, pp. 197-223, novembro de 1980.
- _____. A Coluna Prestes. 4ªed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- _____. Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). Petrópolis, Vozes, 1997.
- _____. “Uma estratégia da direita: acabar com os ‘mitos’ da esquerda (A propósito do filme documentário ‘O Velho - A

- história de Luiz Carlos Prestes³”. Cultura Vozes, Petrópolis, vol. 91, nº 4, pp. 51-62, julho-agosto de 1997.
- _____. Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938- 1945): a virada tática na política do PCB. São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- _____. “O golpe de 29/10/1945: derrubada do Estado Novo ou tentativa de reverter o processo de democratização da sociedade brasileira?”. In SILVA, F.C.T. da; MATTOS, H. M. e FRAGOSO, J. Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro, Mauad, FAPERJ, 2001.
- _____. “80 anos do PCB: Luiz Carlos Prestes e o comunismo no Brasil (1930-1945) - Primeira parte”. Cultura Vozes, Petrópolis, vol. 97, nº 2, pp. 73-89, 2003.
- _____. “1945: Luiz Carlos Prestes e a luta do PCB contra o golpe e pela Assembléia Constituinte - Segunda parte”. Cultura Vozes, Petrópolis, vol. 97, nº 3, pp. 80-88, 2003.
- PRESTES, A. L. e PRESTES, L. (org.). Anos Tormentosos. Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945). Vol.1. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), 2000.
- _____. (org.). Anos Tormentosos. Luiz Carlos Prestes: correspondência da prisão (1936-1945). Vol. 2 e 3. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- PRESTES, L. C. Problemas atuais da democracia. Rio de Janeiro, Vitória, s/d.
- _____. Carta aos comunistas. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- _____. “Como cheguei ao comunismo”. Cultura Vozes, Petrópolis, vol. 92, nº 2, pp. 137- 151, março-abril de 1998.
- _____. “Entrevista a Edgard Carone”. Novos Rumos, São Paulo, ano 15, nº 33, Encarte, 2000

SANTANA, Marco Aurélio. Homens partidos; comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo, Boitempo Ed.; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2001.

VIANNA, M. de A. G. Revolucionários de 35: sonho e realidade. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Sobre a autora

A autora, Anita Leocadia Prestes, é filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benario Prestes. Nasceu em Berlim (Alemanha), numa prisão de mulheres, onde se encontrava presa sua mãe, ilegalmente deportada pelo governo de Getúlio Vargas e entregue à Gestapo - a polícia da Alemanha nazista. Com a prisão de Prestes e Olga, em março de 1936, a mãe de Prestes, Leocadia Felizardo Prestes, acompanhada pela filha Lygia Prestes, encabeçou ampla campanha mundial pela libertação dos presos políticos no Brasil. Após a deportação de Olga, e com o nascimento da sua filha, a campanha Prestes cresceu, exigindo a libertação de mãe e filha das garras dos nazistas. Finalmente, Anita Leocadia foi resgatada da prisão, com 14 meses de idade, por sua avó paterna e sua tia Lygia.

Anita Leocadia foi criada pela avó, falecida quando a menina tinha apenas seis anos, e por sua tia Lygia. Mais tarde, Anita tornou-se militante comunista, integrada às fileiras do PCB, partido do qual se afastou juntamente com seu pai, no final da década de 1970. A vida de Anita Leocadia Prestes foi extremamente atribulada, marcada

por longos períodos no exílio, devido às perseguições políticas de que foi vítima no Brasil. Apesar disso, pôde concluir seus estudos universitários: obteve os títulos de Doutora em Economia pelo Instituto de Ciências Sociais de Moscou (ex-URSS) e de Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde defendeu tese sobre a Coluna Prestes, publicada sob este título pela Ed. Paz e Terra (4ª ed., 1997), obra que recebeu o prêmio Casa de las Américas, concedido por essa renomada instituição de Cuba.

Anita Leocadia Prestes publicou também os livros *Os militares e a reação republicana (As origens do tenentismo)* (Ed. Vozes, 1994); *Uma epopéia brasileira: a Coluna Prestes* (Ed. Moderna, 1995); *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora; os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)* (2ª ed., Ed. Vozes, 1997); *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* (Ed. Paz e Terra, 1999), e *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-194): a virada tática na política do PCB* (Ed. Paz e Terra, 2001), assim como capítulos de livros e artigos em revistas especializadas e jornais.

Atualmente é professora adjunta de História do Brasil no Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde leciona nos cursos de graduação e pós-graduação e desenvolve pesquisas sobre história social e política do Brasil contemporâneo.

Livros da Expressão popular

Realidade brasileira

- *A história da luta pela terra e o MST*- Mitsue Morissawa
- *A linguagem escravizada* - Florence Carboni e Mário Maestri
- *A questão agrária no Brasil* - João Pedro Stedile (org.) - 1º volume = *O debate tradicional: 1500-1960*
- *A questão agrária no Brasil* - João Pedro Stedile (org.) - 2º volume = *O debate na esquerda: 1960-1980*
- *A questão agrária no Brasil* - João Pedro Stedile (org.) - 3º volume = *Programas de reforma agrária: 1946-2003*
- *Belo Monte: uma história da guerra de Canudos* - José Rivair Macedo e Mário Maestri
- *História das idéias socialistas no Brasil*- Leandro Konder
- *Mato, palhoça e pilão - O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*- Adelmir Fiabani
- *Pedagogia do Movimento Sem Terra* - Roseli Salet Caldart
- *Tiradentes, um presídio da ditadura* - Alípio Freire, Izaías Almada, J. A. de Granville Ponce (orgs.)

Clássicos

- *A hora obscura* - Julius Fucik, Henry Alleg, Victor Serge
- *Anova mulher e a moral sexual* - Alexandra Kolontai
- *Che Guevara-política* - Eder Sader (org.)
- *Clássicos sobre a revolução brasileira* - Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes
- *Estratégia e tática* - Marta Harnecker
- *Florestan Fernandes - sociologia crítica e militante* - Octavio Ianni (org.)
- *Fundamentos da escola do trabalho* - M. M. Pistrak
- *Gramsci-poder, política e partido* - Emir Sader (org.)
- *Marx e o socialismo* - César Benjamin (org.)
- *O papel do indivíduo na história* - G. V. Plekhanov
- *Reforma ou revolução?* - Rosa Luxemburgo
- *Sobre a prática e sobre a contradição* - Mao Tse-tung
- *Teoria da organização política I* - Ademar Bogo (org.)
- *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro* - Karl Marx

Assim lutam os povos

- *História do socialismo e das lutas sociais* - Max Beer
- *Imagens da revolução - Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971* - Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (orgs.)

Vida e obra

- *Anton Makarenko - Vida e Obra* - Cecília da Silveira Luedmann
- *Florestan Fernandes - Vida e Obra* - Laurez Cerqueira
- *Lenin - Coração e mente* - Tarso F. Genro e Adelmo Genro Filho
- *Mariátegui - Vida e obra* - Leila Escorsim
- *Opensamento de Che Guevara* - Michael Lowy
- *Paulo Freire - Vida e obra* - Ana Inês Souza (org.)
- *Rosa Luxemburgo - Vida e obra* - Isabel Maria Loureiro
- *Ruy Mauro Marini - Vida e obra* - Roberta Traspadini e João Pedro Stedile (orgs.)

Revoltas militares

- *A esquerda militar no Brasil* - João Quartim de Moraes
- *A rebelião dos marinheiros* - Avelino Bioen Capitani

América Latina em luta

- *Políticas agrárias na Bolívia (1952-1979) - Reforma ou revolução?* - Canrobert Costa Neto

Literatura

- *Amãe* - Máximo Garki
- *Aqui as areias são mais limpas* - Luis Adrián Betancourt
- *Assim foi temperado o aço* - Nikolai Ostrovski

- *Contos* - Jack London
- *Os mortos permanecem jovens* - Anna Seghers
- *Week-end na Guatemala* - Miguel Ángel Astúrias

Trabalho e emancipação

- *A dialética do trabalho* - Ricardo Antunes (org.)
- *A liberdade desfigurada* - Arnaldo J. F. Mazzei Nogueira
- *Marx e a Técnica* - Daniel Romero
- *O ano vermelho* - Luiz Alberto Moniz Bandeira
- *O olho da barbárie* - Marildo Menegat
- *O trabalho atípico e a precariedade* - Luciano Vasapollo
- *Toyotismo no Brasil - Desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência* - Eurenice de Oliveira
- *Trabalho e trabalhadores do calçado* - Vera Lucia Navarro

O império estadunidense

- *Imperialismo e resistência* - Tariq Ali & David Barsamian

Cadernos de Expressão Popular

- *A história me absolverá* - Fidel Castro Ruz
- *As tarefas revolucionárias da juventude* - Lenin, Frei Betto e Fidel Castro
- *As três fontes* - Lenin
- *Sobre a evolução do conceito de campesinato* - Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina

PEDIDOS

www.expressaopopular.com.br

(11) 3105.9500